

STF suspende lei de Campinas que autoriza bets

Nunes Marques suspendeu normas do município e de mais 12 cidades: interrupção imediata

Por Moara Semeghini

A lei municipal que autoriza o funcionamento de casas de apostas esportivas em Campinas foi suspensa pelo ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão, tomada na última quarta-feira (3), atinge outras 12 cidades que criaram, aprovaram ou publicaram leis sobre normas semelhantes para liberar as empresas de loterias e apostas esportivas, as chamadas bets, sem seguir a regulamentação federal.

A decisão determina que as empresas de apostas esportivas e loterias estaduais interrompam as atividades de imediato. O descumprimento pode gerar multa diária de R\$ 500 mil. A liminar foi motivada por um ação protocolada pelo partido Solidariedade, que inicialmente incluiu leis municipais de

13 cidades: São Vicente, Guarulhos, Campinas, São Paulo, Estância Hidromineral de Poá (SP), Belo Horizonte (MG), Anápolis, Caldas Novas (GO), Foz do Iguaçu (PR), Porto Alegre, Pelotas (RS), Bodó (RN) e Miguel Pereira (RJ).

Para o ministro, cabe exclusivamente ao governo federal, por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, estabelecer critérios e autorizações para o setor. Em seu despacho, Nunes Marques afirma que casas de apostas que não se enquadram nas regras definidas pela pasta não podem atuar sob autorização de municípios. “Casas de apostas que não atendem aos critérios estipulados pelo Poder Executivo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, não podem operar serviços lotéricos no âmbito dos entes municipais”, decidiu.



Lei municipal foi suspensa pelo ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal

O ministro também solicitou ao presidente do Supremo, Edson Fachin, o agendamento de uma data para o julgamento do referendo de sua decisão.

Procurada, a Prefeitura de Campinas informou que não há nenhuma casa de apostas municipal em funcionamento, porque o processo de implantação ainda estava em fase inicial.

A administração municipal disse que já tomou conhecimento da decisão e que vai suspender todas as etapas de criação da Locamp (Loteria de Campinas). A medida incluirá a interrupção da Lei Complementar 478/2024, do decreto 23.729/25 e da por-

taria 103.490/25. A publicação oficial da suspensão deve ocorrer nos próximos dias.

Locamp

A decisão do STF interrompe um processo que vinha avançando desde agosto, quando a Prefeitura anunciou mais um passo para a criação da Loteria Municipal de Campinas (Locamp). Na ocasião, o município divulgou que três empresas haviam sido consideradas aptas a elaborar estudos de viabilidade econômico-financeira, jurídica e operacional do futuro serviço: Cordeiro, Lima Sociedade Evirtual e GCL, Bethanus Assessoria Empresarial

Ltda. e A.N. Serviços e Publicidade Ltda.

Essas empresas receberiam um prazo de 60 dias, a partir de uma reunião técnica marcada para 21 de agosto, para entregar diagnósticos e levantamentos que subsidiariam o modelo de operação da loteria. A Locamp foi criada pela Lei Complementar 478/2024 como uma nova fonte de arrecadação para secretarias de Desenvolvimento Econômico, Assistência Social, Esportes e Lazer, e Cultura e Turismo. O operador privado da loteria poderia ofertar todas as modalidades atualmente permitidas pelo governo federal, incluindo raspadinhas, loterias numéricas (como Mega-Sena, Lotofácil e Quina) e apostas esportivas, entre outros produtos. Pelo modelo aprovado, após o pagamento dos prêmios, o operador repassaria 13% da arrecadação ao município. O restante, descontadas as despesas de manutenção, representaria o lucro da empresa vencedora.

Aprovação e sanção

O projeto que criou a Loteria Municipal foi aprovado por unanimidade pela Câmara de Campinas em 20 de maio de 2025. A proposta do Executivo se inspirava em um texto originalmente apresentado pelo vereador Jair da Farmácia (SDD), que retirou a própria iniciativa para que a versão enviada pela Prefeitura avançasse.

A lei foi sancionada e promulgada em 28 de maio de 2025 pelo prefeito Dário Saadi (Republicanos), entrando imediatamente em vigor. Desde então, o município vinha seguindo as etapas previstas para estruturar o serviço, até a suspensão determinada pelo Supremo.

Governo e Unicamp discutem abertura de cursos e novo modelo para saúde

O governador Tarcísio de Freitas recebeu na última semana, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, uma comitiva da Unicamp coordenada pelo reitor Paulo Cesar Montagner. Na audiência, foram discutidas a ampliação de cursos e a transformação da Área da Saúde da Universidade em autarquia da Secretaria de Estado da Saúde. O governador deu sinal verde para o início dos estudos técnicos e de planejamento orçamentário, levando em conta um prazo de transição de 10 anos para a ampliação dos cursos, após a transformação da Área da Saúde da Unicamp em autarquia.

A proposta é que a abertura gradual dos novos cursos seja viabilizada no decorrer desse período, com a redução progressiva dos recursos orçamentários que

a Unicamp destina para a Área da Saúde. Atualmente, a Reitoria compromete cerca de R\$ 1,1 bilhão do seu orçamento anualmente com toda a área.

O prazo para a apresentação do primeiro estudo ao governo do estado é de 45 dias. “Como exemplo das outras universidades paulistas, faz todo sentido essa proposta, que precisa ser bem planejada no tempo adequado por todas as partes envolvidas”, disse o governador.

O reitor da Unicamp concordou com a sugestão feita pelo governador, pelo secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de São Paulo, Vahan



Reitor da Unicamp Montagner (gravata vermelha) e Tarcísio

Agopyan, e pela secretária executiva da Saúde, Priscilla Perdicaris, de estruturar uma proposta de forma bem escalonada como ocorreu com a área da Saúde da Unesp de Botucatu. “Esse planejamento bem articulado começa amanhã com metas e com a ela-

boração de um grupo de trabalho já que o dimensionamento dos novos cursos necessita de projetos pedagógicos, laboratórios modernos e planejamento dos concursos para os futuros docentes e funcionários”, frisou Montagner.

Em sua primeira audiência com o governador desde a sua posse em abril, o reitor reforçou que uma das metas assumidas na campanha foi a criação de novos cursos de engenharias e de tecnologias, alguns inéditos no país. Também participaram do encontro, o diretor executivo da Área da Saúde (Deas) da Unicamp, Luiz Carlos Zeferino, o diretor da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), Cláudio Coy, o prefeito de Campinas, Dário Saadi, a deputada estadual Marta Costa e o deputado federal Paulo Freire. A transformação em autarquia do setor de assistência à saúde da Universidade deverá seguir um modelo semelhante ao que ocorre hoje com as Faculdades de Medicina da USP e da Unesp.

Caius Lucilius/HC Unicamp